



Ulysses e Marco Maciel receberam com simpatia a proposta de antecipar a eleição presidencial

# Acordo poderá antecipar a eleição para outubro

Rubem de Azevedo Lima

A antecipação das eleições presidenciais para o domingo, 1º de outubro do ano corrente, poderá ser aprovada na Assembleia Nacional Constituinte, por acordo entre o PMDB e o PFL, ratificando, portanto, a redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos apenas.

A proposta de antecipação do pleito presidencial foi feita pelo deputado Maurílio Ferreira Lima, peemedebista de Pernambuco, ao presidente da Assembleia, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e ao presidente do PFL, senador Marco Maciel, além de outros dirigentes partidários, entre os quais o deputado Milton Reis (PMDB-MG). Ulysses e Maciel receberam a proposta com simpatia. Caso a maioria de ambos os partidos apóie a idéia, o assessor jurídico de Ulysses na Constituinte, professor Miguel Reale Júnior, examinará a fórmula de viabilizá-la na futura Carta.

Maurílio fundamentou sua sugestão em motivos de ordem partidária, conforme explicou. A antecipação do pleito presidencial diz respeito, na realidade, apenas ao primeiro turno da sucessão.

## Candidatos

Realizando-se a primeira rodada eleitoral em 1º de outubro, os dois maiores partidos do País — o PMDB e o PFL — estarão com seus quadros partidários municipais ainda intactos. Pelos dados de Maurílio, o PMDB lançará candidatos próprios a prefeito e a vice-prefeito, nas eleições de 15 de novembro, nos quatro mil e 200 municípios brasileiros. Além disso, concorrerão a vereador, na legenda peemedebista, 25 candidatos em média, em cada município. Quanto ao PFL, a perspectiva é de que esse partido concorra com candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador, no total de 60% do número de concorrentes do PMDB. Em tais condições, as máquinas dos dois partidos terão cerca de duzentos mil filiados envolvidos na disputa

eleitoral, em 15 de novembro. Desses montante, cerca de 120 mil estarão derrotados.

Segundo Maurílio, a realização do primeiro turno da eleição presidencial em 1º de outubro e a do segundo em 15 de novembro, coincidentemente com o pleito geral nos municípios, implicará grande "handicap" em favor do PMDB e do PFL, visto que, nessa data, farão o maior empenho em eleger os respectivos candidatos à presidência da República. Se o segundo turno do pleito presidencial se realizasse 45 dias depois de 15 de novembro, os derrotados do PMDB e do PFL nas eleições municipais não teriam maior empenho na disputa entre os candidatos a presidente vitoriosos no primeiro turno.

## Movimentação

No PMDB, a maioria dos constituintes parecia certa, ontem, da aprovação da tese do mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

Corria a versão de que o próprio Presidente da República, apesar do esforço isolado de alguns de seus ministros e auxiliares diretos, já reconhecia que seu governo duraria mesmo quatro anos. Amigos de Sarney e Ulysses comentavam, a propósito, que a única preocupação do Presidente da República dizia respeito ao tom de radicalismo com que alguns adversários pretendiam atingir o Governo e familiares do chefe do Governo, através de acusações generalizadas e vagas. Nessa área, afirmava-se que Ulysses estaria disposto a evitar, se eleito, dissabores a Sarney e às pessoas que lhe são mais caras.

Evidentemente, essas versões eram vistas com reserva, mas a movimentação política, em torno da tese da antecipação do processo sucessório, era intensa, enquanto a Constituinte votava a nova Carta em ritmo acelerado.

A noite, era esperado em Brasília o governador Tasso Jereissati, do Ceará, um dos nomes cogitados pelos nordestinos do PMDB como companheiro de chapa de Ulysses Guimarães. Ulysses, no en-

tanto, negava qualquer articulação, alegando não ser, ele próprio, candidato à sucessão. Motivos estratégicos ditavam tal comportamento, por parte do dirigente do PMDB, partido no qual existem pelos menos mais quatro candidatos à sucessão de Sarney: Orestes Quêrcia, Franco Montoro, Mário Covas e Miguel Arraes.

## Descrência

No PMDB, a notícia de que o PFL, através de seu presidente de honra, Aureliano Chaves, ministro das Minas e Energia, estaria procurando a anuência do ex-presidente Ernesto Geisel, para formação de uma chapa sucessória com o ex-governador Leonel Brizola, era vista com ceticismo. Essa, aliás, era a convicção de Maurílio Ferreira Lima, para quem a mudança da data do pleito presidencial, nos termos por ele sugeridos, provavelmente faria com que o candidato do PFL estivesse entre os dois mais votados, no primeiro turno eleitoral.

Os pefelistas estavam procurando organizar uma frente eleitoral com Aureliano e o empresário Antônio Ermírio de Moraes, não se descartando, no entanto, a hipótese de atração do prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, com vistas à sucessão de Sarney. Um velho amigo de Jânio — o líder do PTB na Constituinte, deputado Gastone Righi (SP) — acha que o ex-presidente poderá mesmo concorrer à presidência, desde que conte com o apoio de Sarney e seja apoiado por um partido consistente.

A margem de tais especulações, um grupo de constituintes do PMDB histórico, integrado no MUP (Movimento de Unidade Partidária), receberia, ontem à noite, na casa da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), o governador de Alagoas, Collor de Mello, disposto a disputar sua indicação sucessória por esse partido, ou mesmo numa nova agremiação.

Já, o ex-governador Brizola tinha agendado vários encontros, hoje, em Brasília, com constituintes descontentes do PMDB e de outros partidos.

# Golpe é chantagem, afirma Genoíno

Gerson Menezes

«Essa história de golpe é uma chantagem política para intimidar o movimento de reivindicações da sociedade», sintetizou ontem o vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), que não acredita na eficácia das conversas entre políticos como forma de promover uma «pacificação» entre o Executivo e o Legislativo. «A pacificação é a realização de eleições em 1988», enfatizou o deputado.

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que pretende manter contato com os presidentes de todos os partidos políticos para obter o que ele prefere chamar de «harmonização» entre os dois poderes, disse que prossegue nos contatos, mas não recebeu resposta ainda a um pedido para uma conversa com o presidente do PDT, ex-governador Leonel Brizola, que chegou ontem a Brasília. Lucena comunicou que já levou ao deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ) um pedido para viabilizar o encontro, mas ainda não obteve resposta.

No Congresso, as opiniões se dividem quanto aos possíveis reflexos da crise sobre a Assembleia Nacional Constituinte, onde parecem se acentuar, depois que o fantasma do «golpe» começou a ser apregoadado por certos setores, as possibilidades de aprovação de medidas defendidas pelos políticos mais ligados à esquerda. Ontem, a Constituinte aprovou o voto facultativo a partir dos 16 anos, o que agrada à esquerda e desagradava à direita.

Para o deputado Afif Domingos (PFL-SP), «a turma passou a jogar para a torcida», e isso, a seu ver, não se deve à crise, mas sim ao fato de que os parlamentares começaram a «sentir cheiro de eleição». Afif considera mesmo que

## Cúpula partidária vai se reunir hoje

A superação da crise política e o fortalecimento da Assembleia Nacional Constituinte serão os principais temas que reunirão, a partir das 09h00 de hoje, no arquivo do Senado, os presidentes do PMDB, Ulysses Guimarães, do PFL, Marco Maciel, do PDS, Jarbas Passarinho, do PTB, Paiva Muniz, do PDC, Mauro Borges, do PL, Alvaro Valle, e de outros partidos.

O encontro reunirá possíveis candidatas à presidência da República, como Ulysses, Brizola e Lula, e foi proposto na semana passada pelos líderes do PDT, Brandão Monteiro, e do PT, Luis Ignácio Lula da Silva, quando havia confronto verbal entre o presidente José Sarney e a Constituinte.

O líder do PTB, Gastone Righi, chegou a ironizar, no início: «isso é parte da campanha do Brizola». O presidente do PFL, Marco Maciel, não queria ir sem a garantia da presença de Ulysses: «Afinal, o PMDB tem 54% da Assembleia».

está se votando a Constituição de forma «irresponsável» e aponta o «mal de se ter uma Constituinte congressual, pois se ela não fosse congressual os políticos teriam mais responsabilidade para com a Pátria».

O deputado José Genoíno entende que os possíveis avanços que possam ocorrer não chegarão ao que pretende a sociedade brasileira. Ele considera que a intenção de se extinguir a URP (que reajusta mensalmente os salários) é apenas a «ponta do iceberg» da deterioração da crise econômica. A preocupação que passa a surgir, segundo ele, é que o Governo arroche os salários e, diante do descontentamento e das greves, recorra a medidas violentas para reprimir as reivindicações.

## Esquerdas

O deputado José Bonifácio de Andrada (PDS-MG) vê o avanço das chamadas propostas progressistas na Constituinte como o resultado de uma «velha técnica de pressão de base e de cúpula», a primeira exercida pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a segunda pelos setores de esquerda dentro da própria Constituinte, «com o apoio ainda de certos setores da imprensa». Ele não acha que o avanço dos progressistas seja o resultado do fantasma da crise, mas justamente o inverso: a seu ver, a crise surge porque «setores democráticos» se vêm isolados, com a derrota de algumas propostas centristas, surgindo a partir daí uma «inquietação».